

# COMUNIDADE DE DESTINO E ENTENDIMENTO GLOBAL NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Caio Sperandéo de Macedo<sup>1</sup>

Resumo: Analisar o conceito de comunidade de destino enquanto responsabilidade telúrica da sociedade mundial, bem como meio de conscientização cultural no contexto da sociedade da informação. Outrossim, referendar a necessidade de redução da desigualdade econômica entre países como condição necessária para estabelecer compromissos políticos multilaterais, através de organismos transnacionais coparticipativos, aptos para tratar de temas que transcendem as limitações políticas e geográficas dos Estados-nação e que afetam a sociedade planetária.

Palavras-Chave: Comunidade de destino. Entendimento global. Sociedade da informação.

## COMMUNITY OF DESTINY AND GLOBAL UNDERSTANDING IN THE INFORMATION SOCIETY

Abstract: Analyze the concept of community of destiny as a teluric responsibility of world society, as well as a means of cultural awareness in the context of the information society. Furthermore, endorse the need to reduce economic inequality between countries as a necessary condition to establish multilateral political commitments, through coparticipatory transnational corporations, able to take care of issues that transcend political

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia do Direito, Mestre em Direito Constitucional e Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Professor do Programa de Mestrado em Direito da Sociedade da Informação no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU/SP – São Paulo e Advogado.

and geographical limitations of nation-states and which affects the planetary society.

Keywords: Community of destiny. global understanding. the information society.

Sumário: Introdução. 1. Pós-modernidade, a sociedade da informação e governança transnacional. 2. Estado-nação e comunidade de destino. 3. Insustentabilidade do modelo econômico e limitações planetárias. 4. “*Soft power*” e entendimento global. Conclusão.

## INTRODUÇÃO



este início do século XXI, frente aos desafios políticos e sociais que aos Estados-nação são impostos em decorrência do processo da globalização e inseridos no contexto da sociedade da informação, cada vez mais emerge a necessidade de se estabelecer compromissos multilaterais através das organizações transnacionais, a fim de solucionar problemas que vão além das fronteiras geográficas de cada país, notadamente quando afetam indelevelmente todos os povos e regiões do planeta, como o desafio do bem-estar ecológico da Terra.

Por corolário da premissa de que se vive em um sistema planetário, temas como a consolidação da paz, a erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável, preservação da biodiversidade, aquecimento global, combate ao terrorismo, reconhecimento da diversidade social e cultural ente os povos etc., passam a exigir visão holística da comunidade internacional; impõem uma reflexão a partir de uma perspectiva mundial e ao mesmo tempo local da sociedade (as culturas determinam como vivemos e interferem no meio ambiente além do seu entorno), a fim de integrar esforços coordenados para dar cobro a estes

prementes desafios, dentro de uma visão de “comunidade de destino”.

No tocante à condução deste trabalho, adota-se a metodologia científica dedutiva que se concentrou na bibliografia referida e demais fontes citadas ao longo do texto abordando também a influência do ambiente cibernético sobre as relações socio-culturais e sobre a organização política dos Estados-nação, que vêm se mostrando funcionalmente insuficiente para resolver os grandes desafios que envolvem interesses difusos da sociedade planetária.

Ademais, dentro de uma consideração antropológica e em uma ordem de direitos fundamentais de 3<sup>a</sup>(terceira) dimensão, constata-se que além da fadiga do funcionamento dos mecanismos institucionais do Estado-nação, importante reconhecer que a sociedade planetária capitalista deve repensar valores culturais, seu “*way of life*” de índole consumista, pois é perceptível a todos a crescente pressão sobre os recursos naturais (renováveis e não renováveis) disponíveis. E porque a reversão da degradação ambiental depende de uma transformação cultural dos setores mais desenvolvidos da sociedade para adotar novos padrões de vida e compartilhar um sistema de cuidado planetário.

Ao final, reconhecer que estamos perante uma realidade cultural em transformação neste início de século XXI, que a ordem globalizada impõe uma reconfiguração do papel dos Estados-nação para atuar e estabelecer agendas através de consensos mínimos e em fóruns multilaterais, privilegiando o “*soft power*” como forma de abordagem e persuasão para a solução de problemas que depende da vontade política de todos os povos, nisso incluído uma melhor distribuição/compensação das riquezas produzidas para as nações menos desenvolvidas do planeta tendo como ideal a sustentabilidade mundial.

## 1. PÓS-MODERNIDADE, SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E GOVERNANÇA TRANSNACIONAL.

A sociedade da informação teve sua origem na sociedade capitalista pós-industrial e surgiu na metade final do século XX no contexto da era da informação e em decorrência dela a expressão “globalização”, que em síntese se assenta na visão das economias e fatores produtivos interligados em escala mundial, possibilitado por inovações tecnológicas como o microprocessador eletrônico, a fibra ótica, comunicação por satélites, a rede mundial de computadores (internet), etc.

Consoante apontamento de Jean-François Lyotard<sup>2</sup>, podemos dizer que estas novas conquistas tecnológicas fazem parte e já se encontram consolidadas na pós-modernidade<sup>3</sup> e estabelecem novos paradigmas comportamentais e uma série de mudanças sociais, culturais e políticas observadas na sociedade contemporânea, notadamente em decorrência da disponibilidade de amplo acesso ao fluxo de transmissão de conhecimentos e informações que trafegam remotamente do espaço cibernético em tempo real, para qualquer lugar do mundo.

Neste contexto, além de a sociedade estar conectada através de redes operadas por tecnologias de comunicação digital em todas as suas dimensões funcionais, consoante pontua Celso Antonio Pacheco Fiorillo<sup>4</sup>, a realidade está a impor uma gestão

---

<sup>2</sup> LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*, Tradução: Ricardo Correia Barbosa. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

<sup>3</sup> LYOTARD, Jean-François. *Ibid*, p.4: “Na idade pós-industrial e pós-moderna, a ciência conservará e sem dúvida reforçará ainda mais sua importância na disputa das capacidades produtivas dos Estados-nações. (...). Sob a forma de mercadoria informacional indispensável ao poderio produtivo, o saber já é e será um desafio maior, talvez o mais importante, na competição mundial pelo poder. Do mesmo modo que os Estados-nações se bateram para dominar territórios, e com isto dominar o acesso e a exploração das matérias-primas e da mão-de-obra barata, é concebível que eles se batam no futuro para dominar as informações. Assim encontra-se aberto um novo campo para as estratégias industriais e comerciais e para as estratégias militares e políticas”.

<sup>4</sup> FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; ISAGUIRRE, Katya Regina. *Meio Ambiente cultural e internet: o potencial das tecnologias da comunicação para a sustentabilidade na sociedade da informação*. Revista Brasileira de Direito Ambiental, nº23, ano 6, jul/set. 2010. “Apesar das contradições e desigualdades que se fazem presentes neste contexto, a sociedade caracteriza nova forma de produção de relações sociais, baseada

conjunta do processo político na arena internacional, exigindo inclusive novos contornos para o conceito de soberania dos Estados-nação para resolver assuntos complexos de dimensão global.

Em seu desdobramento para o processo geopolítico internacional, aduz Manuel Castells<sup>5</sup> que estamos em um período de transição: a sociedade conectada em nível mundial e os Estados organizados em nível nacional, donde vislumbra que o regramento do tema caminhará para a relativização da soberania dos Estados e para uma governança transnacional, como única forma de tratar conjuntamente os assuntos de interesse global:

Mas existe uma transformação ainda mais profunda nas instituições políticas na sociedade em rede: o aparecimento de uma nova forma de Estado que gradualmente vai substituindo os estados-nação da Era Industrial. Isto está relacionado com a globalização, ou seja, com a formação de uma rede de redes globais que ligam selectivamente, em todo o planeta, todas as dimensões funcionais da sociedade. Como a sociedade em rede é global, o Estado da sociedade em rede não pode funcionar única ou primeiramente no contexto nacional(...). Mas uma vez que a governação global de algum tipo é uma necessidade funcional, os estados-nação estão a encontrar formas de fazer uma gestão conjunta do processo global que afecta a maior parte dos assuntos relacionados com a prática governativa. Para o fazer, aumentaram a partilha de soberania enquanto continuam a agitar orgulhosamente as suas bandeiras. Formam redes de estados-nação sendo a mais significativa, e integrada, a União Europeia.

Portanto, segundo Manuel Castells<sup>6</sup>, caminhamos para uma forma de Estado onde a “governação é realizada numa rede,

---

na flexibilidade e no incentivo à capacidade criacional. Esse campo de pesquisa possui a mesma complexidade das relações ambientais, porque ambos necessitam da compreensão de múltiplas variáveis de tipo econômico, histórico e cultural, para melhor compreender a inter-relação global/local”.

<sup>5</sup> CASTELLS, Manuel. *Compreender a Transformação Social*. p.25. Artigo escrito para Conferência de 4 e 5 de Março de 2005, em Portugal-Lisboa, sobre o título: Sociedade em Rede: do Conhecimento à Acção Política, organizado por Manuel Castells e Gustavo Cardoso. Conforme: [www.cies.iscte.pt](http://www.cies.iscte.pt), visitado em 3 de Setembro de 2013.

<sup>6</sup> *Ibid*, p. 26.

de instituições políticas que partilham a soberania em vários graus, que se reconfigura a si própria numa geometria geopolítica variável”.

Assim, a inexorável influência tecnológica global em curso no início de Século XXI, está a adentrar a esfera de soberania dos Estados, posto que a complexidade de determinados assuntos de interesse mundial (como “*exempli gratia*”: a consolidação da paz, a erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável, preservação da biodiversidade, aquecimento global/mudança climática, combate ao terrorismo; à guerra cibernética; à biopirataria; ao controle da expansão de armas atômicas; uso responsável da energia nuclear; controle dos mercados financeiros etc), transborda os limites físicos e espaciais de determinado Estado-nação e exige a relativização da sua soberania<sup>7</sup>, a fim de possibilitar a atuação concertada em assuntos cuja solução depende de todos.

Consoante diagnóstico de Anthony Giddens<sup>8</sup>, que também põe em cheque a soberania dos Estados-nação:

Conforme diferentes áreas do globo são postas em

---

<sup>7</sup> BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política, Vol I*, tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônoco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. 11ª edição, Editora UnB, p.1187. “No nosso atual século, o conceito político-jurídico de Soberania entrou em crise, quer teórica quer praticamente. Teoricamente, com o prevalecer das teorias constitucionais; praticamente, com a crise do Estado moderno, não mais capaz de se apresentar como centro único e autônomo de poder, sujeito exclusivo da política, único protagonista na arena internacional. Para o fim deste monismo contribuíram, ao mesmo tempo, a realidade cada vez mais pluralista das sociedades democráticas, bem como o novo caráter dado às relações internacionais, nas quais a interdependência entre os diferentes Estados se torna cada vez mais forte e mais estreita, quer no aspecto jurídico e econômico, quer no aspecto político e ideológico. Está desaparecendo a plenitude do poder estatal, caracterizada justamente pela Soberania; por isso, o Estado acabou quase se esvaziando e quase desapareceram seus limites. O movimento por uma colaboração internacional cada vez mais estreita começou a desgastar os poderes tradicionais dos Estados soberanos. O golpe maior veio das chamadas comunidades supranacionais, cujo objetivo é limitar fortemente a Soberania interna e externa dos Estados-membros”.

<sup>8</sup> GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução: Raul Fiker, São Paulo, Editora Unesp, 1991, p.16.

interconexão, ondas de transformação social penetram através de virtualmente toda à superfície da Terra. Uma terceira característica diz respeito à natureza intrínseca das instituições modernas. Algumas formas sociais modernas simplesmente não se encontram em períodos históricos precedentes – tais como o sistema político do Estado-nação, a dependência por atacado da produção de fontes de energia inanimadas, ou a completa transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado.

Pois, as transformações sócio-políticas em curso embora estejam presentes e tenham criado novas oportunidades para os seres humanos, ainda não encontraram um novo paradigma para Estados-nação atuarem institucionalmente a contento, o que revela que a fadiga dos mecanismos de funcionamento da organização política vigente vem gerando insegurança nas instituições políticas e sociais.

Nessa toada, Anthony Giddens<sup>9</sup> exemplifica seu ponto de vista exatamente com as questões ecológicas de impacto global que exigem formas de intervenção racionalizadas dentro de um conceito de sistema planetário, a fim de que surtam efeitos as tentativas de minimizar os impactos da ação humana sobre o meio ambiente.

Referido autor vislumbra que um sistema geral de cuidado planetário terá que ser criado como meta à preservação do bem-estar ecológico do mundo, consoante a denominada “teoria de Gaia”<sup>10</sup>, que considera a Terra como um organismo vivo articulado que quando submetido a alterações em sua composição física e química promovido pelo impacto da ação humana, ainda que de forma localizada e de menor dimensão, interagem e produzem efeitos colaterais deletérios em outras regiões geográficas da Terra acarretando o desequilíbrio do sistema como um todo.

Como se depreende, a humanidade está fadada a um

---

<sup>9</sup> GIDDENS, Anthony. *Ibid.*, p. 185

<sup>10</sup> LOVELOCK, James. *Gaia: a new look at life on Earth*. Oxford University Press, 1ª ed., 2000.

destino comum: a fim de preservar condições ambientais sadias de viver na Terra para esta e para as futuras gerações, países desenvolvidos(primeiro mundo), em desenvolvimento(segundo mundo) e subdesenvolvidos(terceiro mundo) precisam dialogar e enfrentar o fato de que estão no mesmo mundo; E neste mundo único estamos todos ambientalmente vulneráveis e interdependentes (temos uma responsabilidade telúrica).

Não obstante a importância da identidade nacional tradicional inculcada nas sociedades locais pela lógica do Estado-nação(como a Bandeira, o Hino, Brasão das armas etc), o sentimento de pertença planetário se revela como a única forma de espalhar consciência cívica para almejar uma comunidade de destino planetário, uma solidariedade para além das fronteiras territoriais dos Estados-nação, em prol da humanidade.

## 2. ESTADO-NAÇÃO E COMUNIDADE DE DESTINO.

Na concepção de Edgar Morin<sup>11</sup>, entender a dificuldade de superar as amarras da organização da sociedade mundial(pós-moderna) em Estados-nação reside em sua complexidade, vez que considera esta instituição histórica como <sup>12</sup>“... um ser ao mesmo tempo territorial, político, cultural, histórico, místico e religioso”.

Assim, faz-se necessário entender a dupla dimensão envolvendo a noção de *sociedade* e de *comunidade*, ambas contidas no conceito de Estado-nação<sup>13</sup>. Pois, a nação é uma

---

<sup>11</sup> MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma – reformar o pensamento*. Tradução Eloá Jacobina, 21ª ed., Rio de Janeiro, 2014..

<sup>12</sup> MORIN, Edgar. *Ibid*, p.66.

<sup>13</sup> BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *Nação, Estado e Estado-nação*., p.2: “O estado-nação, que, como sua própria denominação sugere, tem o estado como seu elemento constituinte fundamental, é o principal resultado político da Revolução Capitalista. Esta, no plano econômico, deu origem ao capital e às demais instituições econômicas fundamentais do sistema – o mercado, o trabalho assalariado, os lucros, e o desenvolvimento econômico decorrente da acumulação de capital combinada com o progresso. No plano social, surgem as três novas classes sociais: a burguesia, os trabalhadores



sociedade que desempenha suas relações e interesses, conflitos sociais e políticos próprios; porém, ostenta ao mesmo tempo o predicado de uma comunidade que desenvolve e reconhece a identidade entre os seus e que reage ante o estrangeiro e o que lhe é exógeno (nacionalismo).

Afirma-se que a comunidade é cultural por conter valores, costumes e crenças em comum e também histórica pelas mudanças, fatos marcantes e dificuldades suportadas e superadas ao longo de certo tempo, caracterizando-se como uma “comunidade de destino”<sup>14</sup> cuja ventura é transmitida de geração a geração pela família, música, danças, livros, e se consolida na escola, a qual tem a missão de resgatar as passagens marcantes e históricas de seus heróis, identificando o passado com o presente<sup>15</sup>.

Não se olvide que em decorrência de seu desenvolvimento técnico e burocrático, os Estados-nação tendem a resistir ao esvaziamento de seu poder decisório tanto com relação a descentralizações por autonomia interna (províncias; regiões autônomas), quanto ao surgimento de instituições multilaterais ou transnacionais de caráter planetário, que reivindicam espaços deliberativos que eram exclusivos daqueles.

Contudo, para o tempo em que vivemos, faz-se necessário reconhecer a insuficiência do poder político dos Estados-

---

assalariados, e, em uma segunda fase, a classe profissional. No plano político, além do estado, surgem a nação e a sociedade civil, e, definem-se, sucessivamente, os grandes objetivos políticos e as respectivas ideologias: a liberdade e o liberalismo, a autonomia nacional e o nacionalismo, o desenvolvimento econômico e a racionalidade instrumental ou eficientismo, a justiça social e o socialismo, e a proteção da natureza e o ambientalismo”. Conforme: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.21.Na%C3%A7%C3%A3o.Estado.Estado-Na%C3%A7%C3%A3o-Mar%C3%A7o18.pdf>, visitado em 20/01/2016.

<sup>14</sup> MORIN, Edgar e Anne-Brigitte Kern. *Terra-Pátria*. Traduzido do francês por Paulo Azevedo Neves da Silva, Porto Alegre, Sulina 2003., p.178. “A tomada de consciência da comunidade de destino terrestre deve ser o acontecimento chave do novo milênio: somos solidários desse planeta, nossa vida está ligada à sua vida. Devemos arrumá-lo ou morrer. Assumir a cidadania terrestre é assumir nossa comunidade de destino.”

<sup>15</sup> MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma – reformar o pensamento*. Tradução Eloá Jacobina, 21ª ed., Rio de Janeiro, 2014., p. 67.

nação para solução de problemas que só podem ser enfrentados mediante consenso (por exemplo: aquecimento global; desastre ambiental, terrorismo, uso de armas atômica), do azo que dependem da conscientização e dos esforços da comunidade mundial, para que o engajamento decorra organicamente de decisões nascidas de um sistema horizontal e coparticipativo.

Logo, faz-se necessário construir uma identidade terrena comum, notadamente através de intercâmbio cultural entre os povos, bem como pelo processo educativo formal aos mais jovens a fim de progressivamente esclarecer que a humanidade está seriamente sujeita às ameaças de armas nucleares<sup>16</sup>, catástrofes ambientais<sup>17</sup> e de desequilíbrios ecológicos (efeito estufa; chuva ácida etc); e que a consciência de pertencimento a Terra é

---

<sup>16</sup> France Presse, 10/01/2016 08h53 - Atualizado em 10/01/2016. “Kim Jong-un justifica teste nuclear norte-coreano. Bomba H seria necessária para evitar uma guerra nuclear com os EUA. Na quarta (6), o país anunciou um teste bem sucedido com a bomba. O dirigente norte-coreano Kim Jong-un justificou neste domingo (10) o primeiro teste de bomba de hidrogênio de seu país, anunciado como uma necessidade para evitar uma guerra nuclear com os Estados Unidos. Esta foi a primeira declaração do líder do regime norte-coreano desde que Pyongyang anunciou, na quarta-feira (6), um teste bem sucedido com a bomba H. Conforme: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/kim-jong-un-justifica-teste-nuclear-norte-coreano.html>, visitado em 20/01/16.

<sup>17</sup> “Um rio de lama, distritos destruídos e centenas de vidas devastadas. O rompimento da Barragem Fundão, em Mariana (MG), há duas semanas, arrasou mais que uma região do país. Causou um desastre ambiental irreparável e vitimou famílias. O marrom dos rejeitos que percorreram mais de 800km em 15 dias descoloriu para sempre a vida de centenas de mineiros. São pessoas que perderam casas, parentes — sete mortes relacionadas ao acidente e quatro pessoas ainda não identificadas —, empregos e até o desejo de continuar vivendo. A quebra da estrutura da barragem virou um marco na vida de milhares de atingidos. Sem lar, desabrigados vivem sob tetos emprestados ou convivem em colégios e ginásios. As roupas vieram de doações. Para cada um daqueles que perderam tudo restaram apenas as lembranças do passado. As punições à mineradora Samarco, da Vale e da anglo-australiana BHP Billiton não devolverão a história às famílias. Aqueles 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos lavaram o presente dos distritos de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, matando o Rio Doce de Minas Gerais até o Espírito Santo. Conforme: [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/11/23/internas\\_polbraeco,507674/infografico-entenda-como-ocorreu-o-rompimento-da-barragem-em-mariana.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/11/23/internas_polbraeco,507674/infografico-entenda-como-ocorreu-o-rompimento-da-barragem-em-mariana.shtml), visitado em 20/01/16.

que permitirá abrir novos canais de solidariedade, desenvolver novas instituições políticas comuns, incutir que existe complementarmente à identidade nacional, uma identidade planetária que exige o comprometimento da sociedade mundial.

Tem a ponderar Edgar de Assis Carvalho<sup>18</sup> que a própria Unesco(Organização das Nações Unidas para a ciência, educação e a cultura) ao promover os 4(quatro) pilares da educação do século XXI(“aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos”), parte da ligação entre a humanidade e a Terra-Pátria não como uma relação de dominação do homem sobre a natureza (exploração econômica exauriente de recursos), “mas uma construção coletiva por todos e para todos; um processo complexo, a ser exercitado não apenas nas escolas, mas na vida em geral, um contrato planetário natural e sociocultural”.

### 3. INSUSTENTABILIDADE DO MODELO ECONÔMICO E LIMITAÇÕES PLANETÁRIAS

Além do enfraquecimento do poder político desempenhado atualmente pelos Estados-nação para mediar assuntos de ordem mundial, Pekka Himanen<sup>19</sup> alerta que uma das tendências globais é o aprofundamento da divisão entre ricos e pobres, ao aduzir que:

Se mantivermos o *business as usual*, a desigualdade e a marginalização continuarão a agravar-se, nacional e globalmente. Durante a primeira fase da sociedade da informação, i.e, desde os anos 60 até à viragem para o Século XXI, a distância em termos de rendimento entre os 20% mais pobres e os 20% mais

---

<sup>18</sup> CARVALHO, Edgard de Assis. *Saberes complexos e educação transdisciplinar*. Educar, Curitiba, nº32, p.18, 2008, Editora, UFPR.

<sup>19</sup> HIMANEN, Pekka. *Desafios Globais da Sociedade de Informação*. p.350. Artigo escrito para Conferência de 4 e 5 de Março de 2005, em Portugal-Lisboa, sobre o título: Sociedade em Rede: do Conhecimento à Acção Política, organizado por Manuel Castells e Gustavo Cardoso. Conforme: [www.cies.iscte.pt](http://www.cies.iscte.pt), visitado em 3 de Setembro de 2013.

ricos da população mundial duplicou e é agora aproximadamente de 75:1. Este desenvolvimento mantém-se, particularmente pelas distorções do comércio mundial e pela divisão do conhecimento entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. A situação só poderá melhorar consideravelmente, mudando as estruturas do comércio mundial e estabelecendo pontes no sentido de colmatar a divisão do conhecimento.

Assim, a própria sociedade da informação organizada em redes também reproduz a concentração de renda ínsita ao modelo de produção capitalista, o que permite diagnosticar que a equalização de oportunidades e mudanças socioculturais poderão prosperar somente se houver melhor balanceamento na distribuição das riquezas produzidas globalmente, o que inclui necessariamente formas de compensação aos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos para que colaborem na preservação do meio ambiente.

Com olhos para o futuro e reconhecendo a insustentabilidade do modelo econômico vigente, Anthony Giddens<sup>20</sup> vislumbra que hipoteticamente, no limite, a chegará o momento para o surgimento de um “sistema pós-escassez”, pois:

A busca da acumulação capitalista não pode ser levada a cabo indefinidamente, na medida em que ela não é autossuficiente em termos de recursos. Embora alguns recursos sejam intrinsecamente escassos, a maior parte não o é, no sentido de que, exceto para os requisitos básicos da existência corporal, a ‘escassez’ é relativa a necessidades socialmente definidas e a estilos de vida específicos.

(...)

Um sistema pós-escassez, mesmo se desenvolvido inicialmente apenas nas áreas mais afluentes do mundo, teria que ser coordenado mundialmente. A organização econômica socializada numa escala mundial já existe em algumas formas no que diz respeito a acordo entre corporações multinacionais ou governos nacionais que procuram controlar aspectos do fluxo internacional de dinheiro e bens. Parece virtualmente certo que estes crescerão nos próximos anos, qualquer que seja o formato concreto que possam vir a assumir. Se eles fossem

---

<sup>20</sup> GIDDENS, Anthony. *Ibid.*, 178/180.

consolidados no contexto de uma transição para mecanismos econômicos pós-escassez, seu papel seria presumivelmente mais informativo que regulamentador. Eles ajudariam a coordenar os intercâmbios econômicos mundiais sem fazer o papel de ‘governante cibernético’. Se isto soa, e é, um tanto vago, já existem modelos disponíveis de ordens econômicas possíveis que sugerem os princípios que poderiam ser envolvidos.

E dentre os princípios que estariam contemplados nesta dimensão utópica de um sistema pós-escassez, Anthony Giddens destaca os seguintes vetores: (i) ordem global coordenada; (ii) organização econômica socializada; (iii) sistema de cuidado planetário e (iv) transcendência da guerra.

Portanto, ao que parece, a sociedade global interligada em redes terá que repensar a lógica consumista do sistema capitalista vigente a fim de evitar o exaurimento de recursos abundantes e construir um sistema de redenção “pós-escassez”, com a utilização racional dos recursos existentes e privilegiar valores sociais e culturais diferentes, com o desenvolvimento de um novo “*way of life*”.

Tem a complementar Manuel Castells<sup>21</sup> que a cultura molda a economia; e que “quando há uma crise sistêmica, há um sinal de uma crise cultural, de não sustentabilidade de certos valores como princípios orientadores do comportamento humano”. Assim, tão somente se houver uma mudança de valores culturais é que poderão surgir novas formas de produção econômica e novas instituições para garantir a evolução da organização humana.

Ou seja, uma mudança cultural apta a espriar um estilo de vida voltado para uma distribuição mais parcimoniosa dos bens e recursos econômicos, que transcenda a ótica consumista, que busque a felicidade no patrimônio cultural e informacional disponíveis, que valorize a natureza e a preservação dos recursos naturais, que descarte agressões militares para solução de

---

<sup>21</sup> CASTELLS, Manuel. CARDOSO, Gustavo. CARAÇA, João. *A Crise e seus efeitos. As culturas Econômicas da mudança*. Tradução: Alexandra Figueiredo, Liliana Pacheco e Tulia Marques. Paz e Terra, São Paulo, 2013. p.38.

conflitos envolvendo Estados-nação, coordenados globalmente.

Neste sentido, Anthony Giddens<sup>22</sup> reconhece que nosso meio ambiente foi submetido a processos de degradação mais abrangentes e intensos do que se supunha. Contudo, destaca que mudanças culturais das atitudes humanas são mais decisivas para resolver o problema, já que novas formas de cooperação são prementes<sup>23</sup>:

“(…) a reversão da degradação do meio ambiente depende da adoção de novos padrões de estilo de vida. De longe a maior quantidade de prejuízo ecológico deriva dos modos de vida adotados pelos setores modernos da sociedade. Os problemas ecológicos realçam a nova e acelerada interdependência dos sistemas globais e mostram a todos a profundidade das conexões entre a atividade pessoal e os problemas planetários.

(…)

A globalização unifica a comunidade humana como um todo – até certo ponto por causa da criação de riscos de alta consequência a que ninguém que viva na Terra pode escapar. Novas formas de cooperação são necessárias; embora isso seja em geral reconhecido, num mundo de Estados-nação distintos essas formas estão muito pouco desenvolvidas.

Impende destacar a ressalva de Anthony Giddens<sup>24</sup> de que estamos diante de um dilema: embora se encontrem disponíveis os meios de produção e tecnologia compatíveis para o incremento econômico, por outro vértice não existem recursos naturais suficientes para intensificar a produtividade industrial a fim de que a população mundial pudesse, em tese, desfrutar estilos de vida praticados nas sociedades do primeiro mundo, donde um processo de redução das desigualdades entre as nações só terá sucesso se mudanças culturais e sociais de grande impacto forem introduzidas no cotidiano das pessoas dos países desenvolvidos, privilegiando-se o ideal de sustentabilidade mundial.

---

<sup>22</sup> GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Tradução: Plínio Dentzien., Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

<sup>23</sup> GIDDENS, Anthony, *Ibid.*, p. 204, 207.

<sup>24</sup> GIDDENS, Anthony. *Ibid.*, p. 211.

#### 4. SOFT POWER E ENTENDIMENTO GLOBAL.

É inegável que nos dias de hoje a *internet* e demais TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) ínsitas à sociedade da informação se constituem nas formas preferenciais de acesso à informação pelos cidadãos e integram aspectos da vida social com potencial para estimular novos padrões de comportamento, nisso incluído a proteção do meio ambiente.

Entretanto, consoante Celso Antonio Pacheco Fiorillo<sup>25</sup>, a sociedade planetária carece de estratégias homogêneas para defesa destas prioridades, pois:

Não há homogeneidade nos sujeitos e muito menos nas estratégias ambientais nos diálogos nacionais e internacionais. As ações promovidas em prol da defesa do meio ambiente são pulverizadas por diversos atores, instituições, órgãos públicos e corporações. (...) Nesse sentido o uso da *internet* cria redes informacionais divulgadora de projetos promovidos por organismos internacionais, órgãos estatais e ONG's, identificando diferentes estratégias de desenvolvimento que, por sua vez, informam a diversidade dos processos de globalização, comprovando que não existe apenas um modelo de construção das relações globais.

Manuel Castells<sup>26</sup> faz alusão ao fato de a questão ambiental estar na ordem do dia sendo debatida pela opinião pública e, por corolário, gerando uma conscientização cada vez maior, permite abertura para novas discussões quanto ao papel das instituições políticas, o sistema econômico em voga, a responsabilidade ambiental decorrente.

Mormente, por que na era informacional da sociedade que se comunica em redes, em virtude da disponibilidade de amplo acesso à comunicação horizontal intersubjetiva entre os

---

<sup>25</sup> FIORILLO, Celso Antonio Pacheco, *Ibid*, p. 132.

<sup>26</sup> CASTELLS, Manuel; p. 142. *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume II – O poder da Identidade*. Tradução : Klaus Brandini Gerhardt, 8ª ed, Paz e Terra, São Paulo, 2013.

cidadãos, o poder passa a se concentrar nos códigos da informação, que por sua vez criam novos códigos culturais que determinam o comportamento das pessoas, suas ideologias e suas formas de viver<sup>27</sup>.

Assim, em termos de desdobramento político-institucional estas novas manifestações de poder começam a surgir com contornos voltados para o desenvolvimento de soluções comparilhadas como está revelar o recente “Acordo de Paris”<sup>28</sup>, bem

---

<sup>27</sup> CASTELLS, Manuel. *A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume III, Fim do Milênio*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Mader, Paz e Terra, São Paulo, 1999, p.412: “(...) surgimento do informacionalismo com a base material de uma nova sociedade. No informalismo, a geração de riquezas, o exercício do poder e a criação de códigos culturais passaram a depender da capacidade tecnológica da sociedade e dos indivíduos, sendo a tecnologia da informação o elemento principal dessa capacidade”.

<sup>28</sup> Acordo de Paris é uma nova Revolução Industrial, em 14/12/2015. “É como se fosse uma nova Revolução Industrial”, disse hoje (14) o coordenador do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima, Tasso Azevedo, ao falar sobre o Acordo de Paris, primeiro acordo global sobre o clima, aprovado no último sábado (12) na 21ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21), na capital francesa, por 195 países e a União Europeia, para entrar em vigor em 2020. (...) O texto final do acordo estabelece o objetivo de manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2 graus Celsius (°C) em relação aos níveis pré-industriais e garantir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C. (...) As Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (INDCs) apresentadas pelos países também foram importantes para o sucesso do acordo, segundo os especialistas. Principais pontos do Acordo de Paris, segundo Ministério do Meio Ambiente:

- Fortalece a implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) sob os seus princípios.
- Busca limitar o aumento da temperatura média global a bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e empreender esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C.
- Promove o financiamento coletivo de um piso de US\$ 100 bilhões por ano para países em desenvolvimento, considerando suas necessidades e prioridades.
- Estabelece processo que apresenta as contribuições nacionalmente determinadas (INDCs), com metas individuais de cada país para a redução de emissões de gases de efeito estufa.
- Cria um mecanismo de revisão a cada cinco anos dos esforços globais para frear as mudanças do clima. :Conforme:<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-12/acordo-de-paris-e-uma-nova-revolucao-industrial-diz-especialista>, visitado em 4/01/2016.



como de alternativas de atuação conjunta entre Estados-nação e organismos multilaterais, como retratado pelo “Ano Internacional do Entendimento Global – 2016”<sup>29</sup>, os quais em linhas gerais procuram estabelecer comprometimento de todos os povos e Estados-nação envolvidos para atingir objetivos comuns.

É nesta linha de atuação que se deve buscar disseminar culturalmente a noção de “comunidade de destino” delineada por Edgar Morin; a consciência dos homens de pertencimento a Terra é que permitirá abrir novos canais de solidariedade, desenvolver novas instituições políticas comuns e uma identidade planetária que exige o comprometimento da sociedade mundial.

Não menos importante do que a difusão do conceito teórico de uma “comunidade de destino” pelas mídias digitais a fim de gerar uma responsabilidade telúrica de todos os povos, os ainda influentes Estados-nação (mais influentes do que os organismos transnacionais e organizações não governamentais) precisam atuar de forma proativa e concertada propagando valores culturais e éticos de elevada importância social a fim de continuar exercer poder de atração para os propósitos planetários.

Dessarte, temas de importância mundial que estão a merecer um entendimento global, potencializado pelo poder de penetração das novas mídias digitais inerentes à sociedade da informação, permitem encurtar o lapso temporal do processo de assimilação cultural de valores sociais e éticos entendidos como

---

<sup>29</sup> (...) O Ano Internacional do Entendimento Global tem a finalidade de proporcionar uma compreensão profunda da maneira com que os povos devem conviver para garantir a sustentabilidade. Entendimento Global pressupõe o "refletir a partir de uma perspectiva mundial e intervir no plano local". Para alcançar a sustentabilidade do planeta e propiciar a governança e a transparência, devemos reduzir a defasagem de conhecimentos sobre as ações locais, por um lado, e por outro, seus efeitos mundiais. Esta é, em definição, a meta de um programa destinado a promover o Entendimento Global. (...) O Ano Internacional do Entendimento Global centra-se nas práticas cotidianas habituais para demonstrar a dupla raiz global da biofísica local e das condições de vida socioculturais. É necessidade imperiosa estender pontes entre esses dos âmbitos das práticas cotidianas. Conforme: <http://www.peaunesco.com.br/Ano2016/Ano%20Internacional%20do%20Entendimento%20Global%20-%20202016/1>.

bons e valorosos.

Como exemplo concreto, ninguém duvida hoje em dia da imperiosa necessidade de preservação do meio ambiente para esta e futuras gerações diante dos desequilíbrios ecológicos verificados ao redor do planeta<sup>30</sup>; e que referida concepção cultural pode ser compartilhada por todos os povos como nova forma de se conceber a vida na Terra e por outro vértice, desmistificar o status social propagado pela globalização econômica capitalista que associa o consumismo como modo de vida associado à felicidade.

Ensina Joseph S. Nye, Jr.<sup>31</sup> que:

(...) poder é a habilidade de influenciar o comportamento dos outros para obter os objetivos que pretendemos. (...) Algumas vezes, conseguimos o que queremos afetando o comportamento dos outros sem imposição. Se você acreditar que meus objetivos são legítimos, eu posso persuadir você a fazer algo sem que eu me utilize de ameaças ou aliciamento.

(...) a distribuição do poder é multipolar. Os Estados Unidos não podem obter seus objetivos em comércio, leis antitrustes ou regulação financeira sem que haja a concordância da União Europeia, do Japão, da China e outros. (...) E no tabuleiro dos interesses transnacionais em temas sobre terrorismo, crimes internacionais, mudança climática, e a disseminação de infecções contagiosas, o poder é amplamente distribuído e caoticamente organizado pelo Estado e atores não estatais. (tradução livre).

Como se depreende, aqui entramos no jogo sutil das relações internacionais de “*soft power*”, onde o convencimento para propósitos elevados não pode se dar unicamente pela força, pela coação, uso de armamento militar ou eventual contrapartida de recursos econômicos por Estados-nação predominantes; exige-se conquistar a legitimidade dos demais, estimular uma relação de atratividade cultural para compartilhar valores

---

<sup>30</sup> Conforme reportagem do Jornal Folha de São Paulo, quinta-feira, 21 de janeiro de 2015: “2015 foi o ano mais quente desde 1880. Entre os culpados estão o El Niño, que ainda acontece, a emissão de gases-estufa, o desmatamento e a urbanização”.

<sup>31</sup> NYE, Jr., Joseph S., *Soft Power, The Means to Success in World Politics*. 1ª ed, Public Affairs, New York, 2004., p.2-4.

considerados universais e que se quer perpetuar para todos os povos.

Tem a ressaltar referido autor<sup>32</sup>, que um Estado também pode obter seus objetivos na arena política internacional influenciando outros países que admiram seus valores, imitam seus exemplos, que aspiram ao seu nível de prosperidade e liberdade e que, portanto, deseja segui-lo nas suas relações internacionais.

Quanto ao poder de penetração e influência que o “*soft power*” exerce no cenário nacional e internacional, confirma Marcelo Dias Varella<sup>33</sup> que a conscientização ambiental teve início nas décadas de 60 e 70 do Século XX com os países nórdicos e anglo-saxões (Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda, EUA, Inglaterra e Alemanha). E que não obstante vários fatores tenham colaborado para que o direito ambiental fosse positivado nestes países, destaca-se a relação cultural homem/natureza dos países nórdicos que espalharam estes valores aos demais Estados Europeus influenciando um processo de construção de valores ambientais.

Impende destacar que na sociedade da informação globalizada a importância do “poder suave” deverá se expandir, conforme sustenta Joseph S. Nye Jr.<sup>34</sup>

Os países que são mais atrativos e adquirem *soft power* na era da sociedade da informação são aqueles com vários canais de interlocução e que ajudam a estabelecer a agenda dos temas prioritários; cujas ideias e cultura dominante estão mais próximas de prevalecer nas normas globais (que atualmente enfatizam liberalismo, pluralismo e autonomia); e cuja credibilidade resta fortalecida por seus valores e políticas domésticas e internacionais. (tradução livre).

Outrossim, arremata Joseph S. Nye Jr.<sup>35</sup>, esclarecendo que o “*soft power*” está se tornando mais importante nos tempos

---

<sup>32</sup> NYE, Jr., Joseph S. Ibid, p. 5.

<sup>33</sup> VARELLA, Marcelo dias. *Direito Internacional Econômico Ambiental*, Belo Horizonte, Del Rey, 2003. P.29.

<sup>34</sup> NYE, Jr., Joseph S. Ibid, p. 31-32.

<sup>35</sup> NYE, Jr., Joseph S. Ibid, p. 32.

atuais da sociedade da informação e decorre mais de um subproduto do meio social e econômico do que o resultado isolado de ações governamentais oficiais.

Portanto, para os dias de hoje e inseridos na sociedade da informação que se comunica em redes, é o crescente sentimento de identidade cultural planetária ou de comunidade de destino que se espalha nos corações e mentes das pessoas que tem o condão de exercer difusamente “*soft power*” para influenciar as decisões políticas dos Estados-nações e organismos transnacionais, apto a impulsionar o entendimento mundial com relação a temas afeitos a todos os povos e nações.

## CONCLUSÃO

A humanidade está fadada a um destino comum: a fim de preservar condições ambientais sadias de viver na Terra para esta e para as futuras gerações, países desenvolvidos (primeiro mundo), emergentes (segundo mundo) e subdesenvolvidos (terceiro mundo) precisam dialogar e enfrentar o fato de que vivemos no mesmo mundo; e neste mundo único estamos todos ambientalmente vulneráveis e interdependentes.

O sentimento de pertença planetário se revela como a única forma de espalhar consciência cívica para almejar uma comunidade de destino planetário, uma solidariedade para além das fronteiras territoriais dos Estados-nação, em prol da humanidade.

Para o tempo em que vivemos, faz-se necessário reconhecer a insuficiência do poder político dos Estados-nação para solução de problemas que só podem ser enfrentados mediante consenso (“*Exempli gratia*”: aquecimento global; desastres ambientais, terrorismo, uso de armas atômica), do azo que dependem da conscientização e dos esforços da comunidade mundial, para que o engajamento decorra organicamente de decisões nascidas de um sistema horizontal e coparticipativo.

Importante reconhecer que a sociedade da informação organizada em redes reproduz a concentração de renda ínsita ao modelo de produção capitalista, o que permite diagnosticar que a equalização de oportunidades e mudanças socioculturais poderão prosperar somente se houver melhor balanceamento na distribuição das riquezas produzidas globalmente, o que inclui necessariamente formas de compensação aos países subdesenvolvidos para que se engajem na preservação do meio ambiente.

Embora estejam disponíveis os meios de produção e tecnologia compatíveis para o incremento econômico, fato é que não dispomos de recursos naturais suficientes para intensificar a produtividade industrial a fim de que a população mundial possa desfrutar estilos de vida praticados nas sociedades desenvolvidas, donde um processo de redução das desigualdades entre as nações só poderá prosperar caso ocorram mudanças culturais no cotidiano das pessoas para privilegiar a sustentabilidade mundial.

A internet e demais TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) ínsitas à sociedade da informação se constituem nas formas preferenciais de acesso à informação pelos cidadãos e integram aspectos da vida social e cultural com potencial para estimular novos padrões de comportamento, nisso incluído a proteção do meio ambiente.

O convencimento para propósitos globais não pode se dar unicamente pela força, pela coação, uso de armamento militar ou somente contrapartida de recursos econômicos; exige-se uma relação de atratividade cultural para incutir valores considerados universais e que se quer perpetuar para todos os povos.

O sentimento de identidade cultural planetária é o elo que permite estabelecer o comprometimento na sociedade global para influenciar Estados-nações e organismos transnacionais a fim de impulsionar o entendimento mundial com relação a temas que afetam a todos os povos e nações.



## REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política, Vol I*. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônoco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. 11ª edição, Editora UnB, 1998.
- CARVALHO, Edgard de Assis. *Saberes complexos e educação transdisciplinar*. Educar, Curitiba, nº32, Editora, UFPR, 2008.
- CASTELLS, Manuel. *Compreender a Transformação Social*. Conferência de 4 e 5 de Março de 2005, em Portugal-Lisboa, sobre o título: Sociedade em Rede: do Conhecimento à Acção Política, organizado por Manuel Castells e Gustavo Cardoso.
- \_\_\_\_\_. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Volume I, *A Sociedade em Rede*. Tradução: Roneide Venacio Majer, atualização para a 6ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume II – O poder da Identidade*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt, 8ª ed, Paz e Terra, São Paulo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume III. Fim do Milênio*. Tradução: Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. CARDOSO, Gustavo. CARAÇA, João. *A Crise e seus efeitos. As culturas econômicas da mudança*; tradução Alexandre Figueiredo, Liliana Pacheco e Túlia Marques. São Paulo, Paz e Terra, 2013.

- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Princípios Constitucionais do Direito na Sociedade da Informação, a tutela jurídica do meio ambiente digital*. São Paulo, Saraiva, 2015.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; ISAGUIRRE, Katya Regina. *Meio Ambiente cultural e internet: o potencial das tecnologias da comunicação para a sustentabilidade na sociedade da informação*. Revista Brasileira de Direito Ambiental, nº23, ano 6, jul/set. 2010.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução: Raul Fiker, São Paulo, Editora Unesp, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e identidade*. Tradução: Plínio Dentzien, Rio de Janeiro, Zahar, 2002.
- HIMANEN, Pekka. *Desafios Globais da Sociedade de Informação*. Conferência de 4 e 5 de Março de 2005, em Portugal-Lisboa, sobre o título: Sociedade em Rede: do Conhecimento à Acção Política, organizado por Manuel Castells e Gustavo Cardoso.
- LOVELOCK, James. *Gaia: A new look at life on Earth*. Oxford University Press, 2000.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*, Tradução: Ricardo Correia Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma – reformar o pensamento*. Tradução Eloá Jacobina, Rio de Janeiro, 2014.
- MORIN, Edgar e Anne-Brigitte Kern. *Terra-Pátria*. Tradução: Paulo Azevedo Neves da Silva, Porto Alegre, Sulina 2003.
- NYE, Jr., Joseph S., *Soft Power, The Means to Success in World Politics*. 1ª ed, Public Affairs, New York, 2004.
- VARELLA, Marcelo Dias. *Direito Internacional Econômico Ambiental*, Belo Horizonte, Del Rey, 2003.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DIGITAIS:

- <<http://www.g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/kim-jong-un-justifica-teste-nuclear-norte-coreano.html>>, Acesso em 20 Jan. 2016.
- <<http://www.cies.iscte.pt>>. Acesso em: 3 Set. 2013.
- <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.21.Na%C3%A7%C3%A3o.Estado.Estado-Na%C3%A7%C3%A3o-Mar%C3%A7o18.pdf>>, Acesso em: 20 Jan. 2016.
- <[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/11/23/internas\\_polbraeco,507674/infografico-entenda-como-ocorreu-o-rompimento-da-barragem-em-mariana.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/11/23/internas_polbraeco,507674/infografico-entenda-como-ocorreu-o-rompimento-da-barragem-em-mariana.shtml)>, Acesso em: 21 Jan. 2016.
- <<http://www.agenciabrasil.etc.com.br/internacional/noticia/2015-12/acordo-de-paris-e-uma-nova-revolucao-industrial-diz-especialista>>. Acesso em: 4 Jan. 2016.
- <<http://www.peaunesco.com.br/Ano2016/Ano%20Internacional%20do%20Entendimento%20Global%20-%202016/1>>. Acesso em 27 Jan. 2016.